



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006134-21.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Sergio Luiz da Motta-me**  
 Requerido: **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**Sérgio Luiz da Motta-ME** propôs ação de Cobrança c/c Indenização por Perdas e Danos contra **Porto Seguro CIA de Seguros Gerais**. Alega que na noite de 16 de janeiro de 2016, sua loja foi vítima de furto qualificado, sendo que foram levados diversos bens de seu interior. Informa que é segurado da empresa ré, sendo que com a ocorrência do sinistro, realizou todas as comunicações necessárias e aguardou o ressarcimento no valor de R\$30.000,00, tal seja, o montante de seus prejuízos. Afirmar que a seguradora demorou mais de 10 dias para efetuar vistoria do local e por fim, só o ressarcir no valor de R\$5.832,23. Requereu o ressarcimento do valor restante (R\$24.167,77) acrescidos de juros e correção monetária, bem como a reparação de perdas e danos.

Com a inicial vieram documentos de fls. 11/85.

A requerida, devidamente citada (fl.97), apresentou resposta em forma de contestação (fls.98/111). Aduziu que não há amparo à pretensão do requerente e que as medidas foram tomadas com base na apólice firmada com o requerente. Alega que o restante dos bens não se encontravam cobertos pela apólice contratada, tendo em vista serem bens de terceiro. Requereu a produção de provas e oitiva de testemunhas bem como a improcedência do feito.

Réplica às fls. 194/202.

Indicações de provas pelo requerente à fl. 217 e pela requerida (fls. 218/2019).

**É o relatório.**

**Fundamento e Decido.**

Inicialmente, compulsando os autos, verifico que foi dado à causa o valor de R\$11.775,00. O autor busca o recebimento, entretanto, de R\$ 24.267,77, além das perdas e danos, não sendo correto o valor atribuído. Desta forma, altero o valor da causa para



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

R\$24.367,77. Intime-se o autor para que realize o recolhimento complementar das custas judiciais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Anote-se.

Frise-se que a alteração do valor da causa pode ser dada de ofício, visto ser matéria de ordem pública. Nesse sentido:

(...)ALTERAÇÃO DO VALOR DA CAUSA DE OFÍCIO POSSIBILIDADE decisão não publicada apelante que tomou conhecimento da decisão e teve a possibilidade de se insurgir contra ela inoportunidade de prejuízo possibilidade de alteração do valor da causa de ofício (...) Como evidentemente discrepante o valor atribuído à causa e o valor do bem objeto dos embargos, o qual reflete o benefício econômico almejado, era possível a alteração, de ofício, do valor da causa (...) (TJSP : Apelação nº Apelação nº 0012211- 12.2010.8.26.0457. Julgamento em 28/11/2012. Relator: Castro Figliolia).

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC, ficando, desde já, indeferidas as provas solicitadas. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de ação de cobrança c/c indenização por perdas e danos que o requerente, segurado da empresa ré, interpôs, visando o recebimento da diferença do valor que entende devido pela seguradora, diante da ocorrência de sinistro.

A relação jurídica entre as partes encontra-se devidamente comprovada com os documentos de fls. 19/21.

Pode-se notar, pela apólice juntada aos autos, que a contratação se deu pelo plano bronze - rede referenciada e plano compacto- gratuito livre escolha (fl. 20).

Em que pese a afirmação do autor acerca do desconhecimento das cláusulas gerais, que não acompanharam o contrato firmado, há menção específica na apólice, vide por exemplo os itens "cláusulas particulares" bem como "versão condições gerais" (fls. 20/21), sendo de sua responsabilidade a busca por esclarecimentos adicionais, caso entendesse necessários. Frise-se que à falta de documento especificamente mencionado no contrato firmado, cabia à parte contratante exigí-lo antes da assinatura, já que se consideram aceitas todas as cláusulas gerais que regulem o plano escolhido.

Desta maneira, resta apenas a análise das condições do seguro contratado. Diz a ré que o seguro objeto desta ação não prevê a cobertura de danos a bens de terceiros, no entanto, há previsão expressa na cláusula 5.2, "c" (fl. 129) que garante a cobertura



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

solicitada. *Ipsis literis*: "5.2 Os bens de terceiros, inerentes à atividade da empresa segurada, somente estarão amparados quando utilizados no local de risco descrito na apólice e nas seguintes situações: (...) c) bens de terceiro deixados em consignação para venda ou exposição".

Desta maneira, é de responsabilidade da seguradora ré a indenização pelos bens subtraídos, inclusive aqueles deixados em consignação para venda, pelo autor, não podendo se falar em exclusão do prejuízo alegado.

Frise-se que não foi possível encontrar no documento juntado pela ré às fls. 122/188, tal sejam as cláusulas gerais que regem a apólice em questão e tampouco na própria apólice a cláusula 1.3, "r", inúmeras vezes mencionada na contestação.

Agiu o autor conforme dispõe o contrato, realizando o boletim de ocorrência necessário, com os aditamentos que entendeu pertinentes, assim como a informação do sinistro para a seguradora, que também procedeu à vistoria do local.

As notas de fls. 54/58 são documentos hábeis a comprovar a existência dos referidos pneus nas dependências da loja quando da ocorrência do sinistro. Desta maneira, diante do acima já explicitado, devem ser indenizadas.

As notas de fls. 68/74 e 79/85 também demonstram a compra de pneus e materiais pelo autor e por essa razão também devem ser indenizadas.

Já as notas apresentadas às fls. 75/78 fazem referência a período posterior à ocorrência do sinistro, não havendo razão para a indenização. Tampouco os extintores (fl. 66) devem ser indenizados. O documento apresentado é simples orçamento não havendo prova concreta de sua compra pelo autor e de sua existência na data do furto.

A televisão e o *notebook*, objetos das notas de fls. 62/64, já foram indenizados não cabendo falar em nova indenização, sob pena de ocorrer o enriquecimento ilícito do autor.

Já no que se refere ao veículo de terceiro, furtado nas dependências da loja em questão, também não há que se falar em indenização. O contrato é claro ao dispor que bens de terceiros não se enquadram na cobertura do seguro, excepcionando-se apenas aqueles deixados em consignação, mas para os exclusivos casos de venda ou exposição. Não é a situação, portanto, do veículo mencionado; ele se encontrava no interior da loja recebendo reparos e serviços de alinhamento e balanceamento.

Por fim, não há que se falar em perdas e danos. É lícito à seguradora solicitar os documentos hábeis a comprovar a ocorrência do furto a fim de se evitarem possíveis fraudes. Tal previsão encontra-se inclusive descrita no contrato, no final da cláusula 5.2 (fl. 129). Não há comprovação alguma de que a seguradora tenha se excedido em seu direito de requisitar tais documentos comprobatórios, sendo o que basta.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, para condenar a ré ao pagamento dos valores



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

descritos nas notas de fls. 54/58, 68/74 e 79/85. Os valores serão atualizados pela tabela prática do TJSP desde o ajuizamento e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação.

Diante da sucumbência recíproca, nos termos do art. 86, do NCPC, autor e ré arcarão, cada qual, com 50% das custas e despesas processuais. A teor do art. 85, §14, do NCPC, fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Com o trânsito em julgado, querendo, o autor deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila - processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**